

No. 42251

**Brazil
and
Slovakia**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Slovak Republic on partial abolition of visa requirements. Bratislava, 12 November 2003

Entry into force: *6 August 2005 by notification, in accordance with article 9*

Authentic texts: *English, Portuguese and Slovak*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 January 2006*

**Brésil
et
Slovaquie**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République slovaque relatif à la suppression partielle de l'obligation de visa. Bratislava, 12 novembre 2003

Entrée en vigueur : *6 août 2005 par notification, conformément à l'article 9*

Textes authentiques : *anglais, portugais et slovaque*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 janvier 2006*

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE SLOVAK REPUBLIC ON PARTIAL ABOLITION OF VISA REQUIREMENTS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Slovak Republic (hereinafter referred to as "Contracting Parties"),

Taking into consideration the interest in strengthening existing friendly relationship and desiring to facilitate the entry of nationals of one country into the territory of the other country,

Have agreed as follows:

Article 1

Nationals of the Slovak Republic, who are holders of valid national ordinary passports, shall be exempted from visa requirements to enter and stay in the territory of the Federative Republic of Brazil for purposes of tourism, vacation, visiting relatives or for business, for a period not exceeding 90 (ninety) days, renewable provided the total length of stay shall not exceed 180 (one hundred and eighty) days within a year. Business trip is here understood as a trip carried out for the purpose of business deliberation during which the national of the State of one Contracting Party is not employed in the State of the other Contracting Party.

Article 2

Nationals of the Federative Republic of Brazil, who are holders of valid national ordinary passports, shall be exempted from visa requirements to enter and stay in the territory of the Slovak Republic for purposes of tourism, vacation, visiting relatives or for business, for a period not exceeding 90 (ninety) days, within 6 (six) months. Business trip is here understood as a trip carried out for the purpose of business deliberation during which the national of the State of one Contracting Party is not employed in the State of the other Contracting Party.

Article 3

Holders of valid national passports of the State of either Contracting Party may enter, transit through and leave the territory of the State of the other Contracting Party at all border crossing points open to international traffic.

Article 4

The abolition of visa requirements introduced by this Agreement does not exempt nationals of the States of the Contracting Parties from the duty of complying with the laws

and regulations in force in the host State concerning entry, stay and departure from its territory.

Article 5

The Contracting Parties shall undertake to readmit their nationals into the territory of their respective States without additional formalities or expenses.

Article 6

Either Contracting Party shall reserve the right to deny entry or curtail the stay of nationals of the State of the other Contracting Party considered undesirable.

Article 7

For reasons of security, public order or public health, either Contracting Party may temporarily suspend the application of this Agreement in whole or in part. Such suspension shall be notified to the other Contracting Party with the earliest possible anticipation through diplomatic channels.

Article 8

1. The Contracting Parties shall exchange through diplomatic channels specimens of their valid passports, not later than 30 (thirty) days after the signature of this Agreement.
2. In case of any modification of the valid passports or introduction of new passports, the Contracting Parties shall exchange their new specimens accompanied by detailed information on their applicability through diplomatic channels, not later than 30 (thirty) days before their introduction.

Article 9

1. The present Agreement is valid for an indefinite period and shall enter into force after 60 (sixty) days from the date of receipt of the latter Diplomatic Note in which one of the Contracting Parties informs the other of the fulfillment of the internal formalities for its entry into force.
2. The present Agreement can be modified in case both Contracting Parties so desire; the amendments will enter into force as mentioned in paragraph 1 of this Article.
3. Either Contracting Party may denounce this Agreement through diplomatic channels. The denunciation will be effective 90 (ninety) days after the receipt of the corresponding notification from the other Contracting Party.

Done at Bratislava on 12 November 2003, in two originals, each in Portuguese, Slovak and English languages, all the texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the version in English language shall prevail.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

ROBERTO ABDENUR

For the Government of the Slovak Republic:

EDUARD KUKAN

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ESLOVACA SOBRE
ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Eslovaca
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando o interesse em fortalecer as relações de amizade existentes e o desejo de facilitar a entrada de nacionais de um dos países no território do outro,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Nacionais da República Eslovaca, portadores de passaportes comuns válidos, estarão isentos de visto para entrar e permanecer no território da República Federativa do Brasil com o propósito de turismo, férias, visitas a parentes ou para negócios, por um período de até 90 (noventa) dias, renováveis, desde que a duração total da estada não exceda 180 (cento e oitenta) dias por ano. Viagem de negócios fica aqui entendida como a viagem levada a efeito com o propósito de deliberações de negócios, durante a qual o nacional do Estado de uma das Partes Contratantes não esteja empregado no Estado da outra Parte Contratante.

ARTIGO 2

Nacionais da República Federativa do Brasil, portadores de passaportes comuns válidos, estarão isentos de visto para entrar e permanecer no território da República Eslovaca com o propósito de turismo, férias, visitas a parentes ou para negócios, por um período de até 90 (noventa) dias a cada 6 (seis) meses. Viagem de negócios fica aqui entendida como a viagem levada a efeito com o propósito de deliberações de negócios, durante a qual o nacional do Estado de uma das Partes Contratantes não esteja empregado no Estado da outra Parte Contratante.

ARTIGO 3

Portadores de passaportes válidos do Estado de qualquer uma das Partes Contratantes poderão entrar, atravessar em trânsito e sair do território da outra Parte Contratante em todos os pontos de fronteira abertos ao tráfego internacional.

ARTIGO 4

A dispensa da obrigatoriedade de visto introduzida pelo presente Acordo não isenta os nacionais dos Estados das Partes Contratantes da obrigação de cumprir as leis e regulamentos vigentes no território do Estado receptor concernentes à entrada, estada e saída de seu território.

ARTIGO 5

As Partes Contratantes se comprometem a readmitir seus nacionais nos territórios de seus respectivos Estados sem formalidades ou despesas adicionais.

ARTIGO 6

Ambas as Partes Contratantes se reservam o direito de negar a entrada ou encurtar a estada de nacionais do Estado da outra Parte Contratante considerados indesejáveis.

ARTIGO 7

Por motivos de segurança, ordem ou saúde pública, qualquer das Partes Contratantes poderá suspender temporariamente a aplicação deste Acordo no todo ou em parte. Tal suspensão deverá ser notificada à outra Parte Contratante, com a maior brevidade possível, por canais diplomáticos.

ARTIGO 8

1. As Partes Contratantes intercambiarão, por canais diplomáticos, espécimes de seus passaportes válidos, dentro de 30 (trinta) dias contados da assinatura deste Acordo.

2. Em caso de qualquer modificação dos passaportes válidos ou introdução de novos passaportes, as Partes Contratantes intercambiarão seus ~~novos~~

canais diplomáticos, pelo menos 30 (trinta) dias antes de sua entrada em vigor.

ARTIGO 9

1. O presente Acordo será válido por período indeterminado e entrará em vigor 60 (sessenta) dias depois da data de recebimento da última Nota diplomática em que uma das Partes Contratantes informa à outra sobre o cumprimento das formalidades internas para sua entrada em vigor.
2. O presente Acordo poderá ser modificado caso ambas as Partes Contratantes assim desejem; as emendas entrarão em vigor como menciona o parágrafo 1 deste artigo.
3. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciar o presente Acordo, por canais diplomáticos. A denúncia terá efeito 90 (noventa) dias após o recebimento da correspondente notificação pela outra Parte Contratante.

Feito em *Bratislava*, em *12 de novembro* de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português, eslovaco e inglês, todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em versão inglesa prevalecerá.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Roberto Abdenur
Embaixador



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ESLOVACA

Eduard Kukan
Ministro do Exterior

[SLOVAK TEXT — TEXTE SLOVAQUE]

DOHODA

medzi vládou Brazílskej federatívnej republiky a vládou Slovenskej republiky o čiastočnom zrušení vízovej povinnosti

Vláda Brazílskej federatívnej republiky

a

vláda Slovenskej republiky

(ďalej len „zmluvné strany“), berúc do úvahy záujem upevniť súčasné priateľské vzťahy a želajúc si uľahčiť vstup občanov jedného štátu na územie druhého štátu,

dohodli sa t a k t o :

Článok 1

Štátni občania Slovenskej republiky, ktorí sú držiteľmi platných národných cestovných pasov, môžu bez víz vstupovať na územie Brazílskej federatívnej republiky na účely turistiky, dovolenky, návštevy príbuzných alebo obchodných ciest a zdržiavať sa na ňom po dobu nepresahujúcu deväťdesiat (90) dní. Táto doba môže byť predĺžená za predpokladu, že celková dĺžka pobytu nepresiahne stoosemdesiat (180) dní v rámci jedného (1) roka. Obchodnou cestou sa rozumie cesta uskutočnená s cieľom obchodných rokovaní, počas ktorej občan štátu jednej zmluvnej strany nie je zamestnaný v štáte druhej zmluvnej strany.

Článok 2

Štátni občania Brazílskej federatívnej republiky, ktorí sú držiteľmi platných národných cestovných pasov, môžu bez víz vstupovať na územie Slovenskej republiky na účely turistiky, dovolenky, návštevy príbuzných alebo obchodných ciest a zdržiavať sa na ňom po dobu nepresahujúcu deväťdesiat (90) dní v rámci šiestich (6) mesiacov. Obchodnou cestou sa rozumie cesta uskutočnená s cieľom obchodných rokovaní, počas ktorej občan štátu jednej zmluvnej strany nie je zamestnaný v štáte druhej zmluvnej strany.

Článok 3

Držitelia platných národných cestovných pasov štátu každej zmluvnej strany môžu vstupovať na územie štátu druhej zmluvnej strany, tranzitovať cez toto územie a vycestovať z neho cez všetky hraničné priechody určené na medzinárodný styk.

Článok 4

Zrušenie vízovej povinnosti podľa tejto dohody nezabavuje občanov štátov zmluvných strán povinnosti dodržiavať platné právne predpisy navštíveného štátu týkajúce sa vstupu na jeho územie, pobytu na ňom a vycestovania z jeho územia.

Článok 5

Zmluvné strany sa zaväzujú prijať na územie svojho štátu vlastných štátnych občanov bez osobitných formalít a výdavkov.

Článok 6

Každá zmluvná strana má právo odoprieť vstup alebo zakázať pobyt občanom štátu druhej zmluvnej strany, ktorí sú považovaní za nežiaducich.

Článok 7

Každá zmluvná strana môže z dôvodov bezpečnosti, ochrany verejného poriadku alebo zdravia obyvateľstva úplne alebo čiastočne dočasne pozastaviť vykonávanie tejto dohody. Takéto pozastavenie bude bezodkladne oznámené druhej zmluvnej strane diplomatickou cestou.

Článok 8

(1) Zmluvné strany si diplomatickou cestou najneskôr tridsať (30) dní po podpise dohody navzájom vymenia vzory platných cestovných pasov.

(2) Pri akejkolvek zmene platných cestovných pasov alebo zavedení nových cestovných pasov si zmluvné strany diplomatickou cestou vymenia vzory nových cestovných pasov spolu s podrobnými informáciami o ich používaní, najneskôr tridsať (30) dní pred ich zavedením.

Článok 9

(1) Táto dohoda sa uzaviera na neurčitý čas a nadobudne platnosť po uplynutí šesťdesiatich (60) dní odo dňa doručenia neskoršej diplomatickej nóty, ktorou jedna zmluvná strana informuje druhú zmluvnú stranu o splnení vnútroštátnych právnych podmienok potrebných na nadobudnutie platnosti dohody.

(2) Táto dohoda môže byť pozmenená po vzájomnom súhlase oboch zmluvných strán; tieto zmeny nadobudnú platnosť v súlade s odsekom 1 tohto článku.

(3) Každá zmluvná strana môže túto dohodu vypovedať diplomatickou cestou. Výpoveď nadobudne platnosť deväťdesiat (90) dní po dni prijatia príslušného oznámenia od druhej zmluvnej strany.

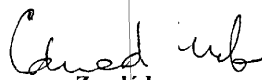
Dané v Bontisave dňa 12. novembra 2003 v dvoch pôvodných vyhotoveniach, každé v portugalskom jazyku, slovenskom jazyku a anglickom jazyku, pričom všetky znenia sú rovnako autentické. V prípade rozdielnosti výkladu je rozhodujúce znenie v anglickom jazyku.



Za vládu

Brazilskej federatívnej republiky

Roberto Abdenur



Za vládu

Slovenskej republiky

Eduard Kukan

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE SLOVAQUE RELATIF À LA SUPPRESSION PARTIELLE
DE L'OBLIGATION DE VISA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République slovaque (ci-après dénommés les "Parties contractantes"),

Considérant que les deux pays ont intérêt à renforcer les relations amicales existantes et sont désireux de faciliter l'entrée des ressortissants d'un pays dans le territoire de l'autre pays,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Les ressortissants de la République slovaque titulaires d'un passeport national ordinaire en cours de validité sont exemptés de l'obligation de visa pour entrer dans le territoire de la République fédérative du Brésil et y séjourner à des fins de tourisme, de vacances, de visite familiale ou d'activités commerciales pendant une période n'excédant pas quatre-vingt-dix (90) jours, renouvelables sous réserve que la durée totale du séjour ne dépasse pas cent quatre-vingt (180) jours au cours d'une année. On entend par voyage d'affaires un voyage effectué aux fins de délibérations d'affaires au cours desquelles le ressortissant de l'État d'une Partie contractante n'est pas employé dans l'État de l'autre Partie contractante.

Article 2

Les ressortissants de la République fédérative du Brésil titulaires d'un passeport ordinaire en cours de validité sont exemptés de l'obligation de visa pour entrer dans le territoire de la République slovaque et y séjourner à des fins de tourisme, de vacances, de visite familiale ou d'activités commerciales pendant une période n'excédant pas quatre-vingt-dix (90) jours, au cours de six (6) mois. On entend par voyage d'affaires un voyage effectué aux fins de délibérations d'affaires au cours desquelles le ressortissant de l'État d'une Partie contractante n'est pas employé dans l'État de l'autre Partie contractante.

Article 3

Les titulaires d'un passeport national en cours de validité de l'État de l'une ou l'autre Partie contractante pourront entrer dans le territoire de l'État de l'autre Partie contractante, y passer en transit et le quitter à partir de tous les points de passage frontaliers ouverts au trafic international.

Article 4

La suppression de l'obligation de visa introduite par le présent Accord ne dispense pas les ressortissants des États des Parties contractantes de l'obligation de se conformer aux lois et règlements en vigueur sur le territoire de l'État hôte concernant l'entrée et le séjour dans son territoire et le départ de celui-ci.

Article 5

Les Parties contractantes s'engagent à réadmettre leurs ressortissants dans le territoire de leurs États respectifs sans autres formalités ou dépenses.

Article 6

Chaque Partie contractante se réserve le droit de refuser l'entrée ou d'écourter le séjour des ressortissants de l'État de l'autre Partie contractante jugés indésirables.

Article 7

Pour des raisons de sécurité, d'ordre public ou de santé publique, chaque Partie contractante pourra suspendre temporairement l'application du présent Accord en tout ou en partie. Cette suspension doit être notifiée à l'autre Partie contractante dans les plus brefs délais possibles par la voie diplomatique.

Article 8

1. Les Parties contractantes échangeront, par la voie diplomatique, les modèles de leurs passeports en cours de validité, trente (30) jours au plus tard après la signature du présent Accord.

2. En cas de modification des passeports en cours de validité ou d'introduction de nouveaux passeports, les Parties contractantes échangeront, par la voie diplomatique, leurs nouveaux modèles, accompagnés d'une description détaillée de leur applicabilité, trente (30) jours au plus tard avant leur mise en circulation.

Article 9

1. Le présent Accord est valable pour une durée indéterminée et entrera en vigueur soixante (60) jours à compter de la date de réception de la dernière note diplomatique par laquelle une des Parties contractantes informe l'autre de l'accomplissement des formalités internes nécessaires à son entrée en vigueur.

2. Le présent Accord peut être modifié si les deux Parties contractantes le souhaitent. Les modifications entreront en vigueur comme mentionné au paragraphe 1 du présent article.

3. Chaque Partie contractante pourra dénoncer le présent Accord par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet quatre-vingt-dix (90) jours après la réception de la notification correspondante de l'autre Partie contractante.

Fait à Bratislava le 12 novembre 2003, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise, slovaque et anglaise, tous les textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte anglais prévaudra.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
L'Ambassadeur,
ROBERTO ABDENUR

Pour le Gouvernement de la République slovaque :
Le Ministre de l'extérieur,
EDUARD KUKAN

